

## Desafios na aplicação da lei em crimes digitais contra menores

### Autor(es)

Gladson Barros Resplandes  
Gabryella Silva De Paulo  
Emilly Nicole Figueiredo Silva  
Gabryella Santos Lima

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IMPERATRIZ

### Introdução

O crescimento do uso da internet por crianças e adolescentes ampliou os riscos de exposição a crimes digitais, como pornografia infantil, cyberbullying e aliciamento. O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) oferecem bases legais para proteção dos menores. No entanto, a aplicação dessas leis enfrenta dificuldades práticas, como a identificação de infratores e a obtenção de provas digitais. A realidade do ambiente virtual impõe desafios constantes à legislação e aos órgãos de segurança e justiça, exigindo atualização e cooperação entre instituições.

### Objetivo

Analizar os principais desafios enfrentados pela legislação brasileira na prevenção e repressão de crimes digitais contra menores, com base no Marco Civil da Internet e no ECA.

### Material e Métodos

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental de legislações, plataformas de produção de artigos científicos, decisões judiciais e relatórios de entidades como a SaferNet. O recorte temporal considerou os últimos dez anos. Foram avaliados aspectos legais, técnicos e institucionais, observando-se também limitações na atuação dos órgãos responsáveis pela apuração desses crimes.

### Resultados e Discussão

Constatou-se que a aplicação do Marco Civil da Internet depende da cooperação de provedores e da atuação judicial, o que pode atrasar investigações. O ECA garante proteção ampla, mas carece de mecanismos específicos para crimes online. Outro ponto crítico é a falta de capacitação técnica dos órgãos responsáveis pela investigação, dificultando a coleta de provas digitais. Além disso, a morosidade processual e a natureza transnacional da internet dificultam a responsabilização dos infratores. Políticas de prevenção e educação digital ainda são escassas, reforçando a vulnerabilidade dos menores.

### Conclusão

Para combater crimes digitais contra menores, é essencial integrar legislação, tecnologia e educação. O Marco Civil e o ECA precisam ser atualizados para enfrentar os desafios atuais, com maior investimento em capacitação e cooperação internacional, além da criação de políticas públicas preventivas.

#### Referências

BRASIL. Lei nº 12.965/2014 – Marco Civil da Internet.

BRASIL. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

SAFERNET BRASIL. Relatórios anuais. Disponível em: <<https://new.safernet.org.br>> Acesso em: 03 de maio de 2025

SILVA, A. L. Crimes digitais e menores. Revista de Direito Digital, 2022.